



Há muito que deixou de ser imper-
tinência intelectual recorrer-se à
literatura para melhor explicitar,
elucidar e ilustrar ocorrências sociais que
estejam sob a mira de um historiador, de
um sociólogo ou de um antropólogo. As-
siste-se com frequência cada vez maior à
intromissão do fragmento literário como
suporte explicativo ou alusivo que sintetiza
a análise detalhada de um dado fenômeno
social, presente ou passado.

Desse modo, a literatura escapou do
cerco formalista que, ultimamente, anda-
ram lhe impondo professores e escritores,
recobrando uma dimensão cognitiva a que
não são estranhas a emoção, nem o prazer
da leitura.

No caso brasileiro, são inúmeros os
textos, de ficção ou de poesia, que poderiam
muito bem correr em auxílio de uma com-
preensão mais extensa e (por que não?) emo-
cionante de nossa construção social. Textos
que, absolutamente indiferentes a uma su-
posta e discutível neutralidade científica
defendida por certos setores das Human-
dades, muito se empenham no sentido de
dramatizar relações sociais, relações de tra-
balho, emergência de novas formas de vida
social, desaparecimento de outras, convi-
vência de tantas. Maravilhado, assustado,
indignado ou complacente o escritor brasi-
leiro sempre esteve atento àquilo que o ro-
deia e raramente deixou de registrar seu
depoimento, mesmo que indireto e metafó-



Jim Armit

ANTONIO DIMAS

Antonil, a cana e o negro

rico, acerca do que viveu e presenciou.

Diante de certos projetos conscientes, como o de Alencar, por exemplo, ou de outros, oblíquos e dissimulados como o de Machado, tem-se, às vezes, a impressão de que nossos escritores invocaram para si uma tarefa que as incipientes ciências sociais mal começavam a cobrir. Com a série “Brasileiros Antigos e Modernos”, Aluísio Azevedo pretendia, balzaquianamente, dar conta da vida social brasileira entre 1820 e 1887; Bilac, numa de suas inúmeras crônicas da *Gazeta de Notícias*, sugeria que se contasse a História do Brasil através das figuras femininas de relevo, adiantando até mesmo o título: *A Brasileira Através dos Séculos*. Se esse desígnio falha no século XIX, por

motivos alheios à vontade do escritor, no século XX estaremos diante de outros, que delimitaram segmentos de nossa sociedade, mas nem por esse motivo menos significativos. Vale lembrar, então, alguns exemplos como os romances do cacau de Jorge Amado, a “Tragédia Burguesa” de Otávio de Faria, a formação da sociedade gaúcha em “O Tempo e o Vento” de Érico Veríssimo ou os contos de Antonio de Alcântara Machado.

Como a literatura contém o prodígio de trabalhar mimeticamente uma fatia de realidade, graças à elaboração estilística de uma língua em disponibilidade, é natural que seu efeito final possa e/ou deva ser o envolvimento emocional do leitor. Afinal,

ANTONIO DIMAS é professor de Literatura Brasileira na FFLCH-USP e autor de *Tempos Eufóricos* (Editora Ática) e *Espaço e Romance* (Editora Ática).

um dos objetivos, assumidos ou não, dessa forma artística é exatamente a armação de uma rede de cativos. Dentre as várias possibilidades para se entender o significado e o alcance da cultura canavieira no Nordeste brasileiro, uma que não se descarta é a novelística de Lins do Rego, por exemplo, cujo “ciclo da cana-de-açúcar” sustenta-se tão bem quanto os documentos oficiais ou privados sobre essa modalidade agrícola que há séculos se pratica naquela região.

Em que pesem as arapucas metodológicas que sempre ameaçam o aproveitamento da literatura enquanto argumento documental e persuasório, não convém anatematizar, por princípio, esse procedimento, uma vez que a habilidade do trato depende do talento individual.

Se, portanto, a apropriação da literatura por outras formas de reflexão social pode e deve ser encarada sem nenhum preconceito intelectual, nada impede que o caminho inverso também possa ser percorrido. Isto é, a avaliação literária de certos textos, cujo nível de elaboração formal surpreende e concorre com o fim analítico a que se destina, a ponto, muitas vezes, de enredar o leitor, dele afastando, mesmo que por instantes, o juízo crítico e, em seu lugar, deixando que corra à vontade a emoção sem cabresto.

Bom exemplo brasileiro nesse sentido é *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, onde a evidente preocupação poética nega a com o leitor desarmado. Nesse clássico tratado de antropologia social há sempre o risco de sermos tragados por um discurso declaradamente avesso à terminologia científica, pois que seu intuito não era a sistematização seca e nem a categorização rígida, senão “um conjunto de imagens e formas que correspondesse ao essencial da experiência inteira de um grupo humano (...) situado em espaço tropical, com suas diferenças de raça e de cultura, de civilidade e de primitividade, de racionalidade e irracionalidade...” (1). Ao apostar numa visão de conjunto que favorecesse *imagens e formas* e que, de modo confesso, se modelava segundo a atomização figurativa de Picasso, Gilberto Freyre acabou criando um discurso que prima pelo envolvimento emocional e que só não arrasta o leitor inteiramente ao devaneio porque o fluxo narrativo é constantemente interrompido pela abundância aborrecida de notas remissivas e explicativas.

Em 1933, quando de seu lançamento, ou mesmo depois, *Casa Grande & Senzala* provocou reações críticas desencontradas, quando não azedas, do ponto de vista de sua metodologia, mas alcançou relativa unanimidade quanto às suas qualidades estilísticas. Rodrigo Melo Franco de Andrade, por exemplo, reconheceu no ensaio “seu valor excepcional como documento literário”; Manuel Bandeira dedicou-lhe versos circunstanciais, indicando que se tratava de “Livro que à ciência alia/ A profunda poesia/ Que o passado revoca/ E nos toca”; Yan de Almeida Prado atribuiu-lhe o dom de ter conquistado “uma linguagem adaptada a nossa época, meta ambicionada pelos ‘novos’”; o ferino Agripino colocou na boca de outrem o que ele não se permitia dizer: Gilberto Freyre “escreve bem demais para um historiador”; Afonso Arinos, apesar de ter-lhe reprovado certa libertinagem vocabular, reconheceu-o vazado em estilo “gostoso e agradável”; Olívio Montenegro sacou rápido o sensualismo plástico, reiterando o “gosto de carne (...) de quem se impregna a (...) frase” de Gilberto (2). Por último, lembremo-nos do objetivo ensaio de Cavalcânti Proença, “Gilberto Freyre: uma Interpretação do seu Estilo” (3), no qual o crítico esmiúça certos traços de procedimento estilístico do sociólogo pernambucano. Traços como enumeração, sonoridade, reiteração enfática, ritmo, etc.

Na verdade, ainda faz falta um estudo específico e extenso que se dedique às virtualidades estilísticas de Gilberto. Um estudo que visasse, por exemplo, a compatibilização entre linguagem científica e linguagem coloquial, aquele mesmo coloquialismo que derrapa, deliciosamente às vezes, para o erótico ou escatológico, quando não para o herético. Um estudo que avaliasse o tom analítico de mistura com o tom doméstico ou os achados sinestésicos que disputam terreno com alusões, hipérboles, metonímias e metáforas líquidas, aquáticas e untuosas, discutivelmente homólogas à sociedade de que o livro se ocupa. Uma análise cuidadosa que se encarregasse do estilo de Gilberto Freyre, assim como aquela dura que lhe dedicou Luiz Costa Lima em *A Aguarrás do Tempo* ou como aquelas outras que James Clifford e George E. Marcus reuniram com o subtítulo significativo de “The Poetics and Politics of Ethnography” (4).

Seria a civilização criada pelo açúcar mais propícia à criação de todo um imagi-

1 Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, 20ª ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1980, p. II.

2 Estas citações são retiradas dos artigos reunidos e comentados por Edson Nery da Fonseca que os coletou para *Casa Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, Recife, Cia. Editora de Pernambuco, 1985.

3 Publicado em Gilberto Freyre: *sua Ciência, sua Filosofia, sua Arte*. Ensaio sobre o Autor de *Casa Grande & Senzala* e sua Influência na Moderna Cultura do Brasil. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1962. Edição comemorativa do jubileu de prata de CG & S.

4 James Clifford & George E. Marcus (eds.), *Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley, University of California Press, 1986.

nário que até hoje se cultiva neste país? Ou esse imaginário está muito mais vinculado às relações de trabalho que se criaram para sustentar esse tipo de agricultura, desde sua fase artesanal até a industrial?

Não comporta e nem procura este texto uma resposta para essa questão. O que ele busca, basicamente, é o exame de um dos primeiros documentos que se ocupa da cultura açucareira, o *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* de Antonil, pseudônimo do jesuíta italiano João Antonio Andreoni (1649-1716).

Verdadeira “descrição da atualidade” econômica do Brasil colônia, situada na “infância da [nossa] historiografia econômica” (5), *Cultura e Opulência do Brasil* conheceu um percurso editorial extremamente conturbado. Publicado em Lisboa no ano de 1711, o livro foi imediatamente confiscado por imperativo de Estado, uma vez que foi considerado ameaça à sua segurança, o que se pode verificar facilmente por meio de uma consulta do Conselho Ultramarino, na qual se alega que no livro de Antonil, além de

“outras cousas que se referem pertencentes às fábricas e provimentos dos engenhos, cultura dos canaviaes e benefício dos tabacos, se expõem também muito destintamente todos os caminhos que há para as minas de ouro descobertas, e se apontão outras que ou estão para descobrir ou por beneficiar” (6).

As razões que determinaram o seqüestro de *Cultura e Opulência do Brasil* são ainda polêmicas e nessa discussão se envolveram vários intelectuais brasileiros. Para Andrée Mansuy, que delas organizou um elenco sumário para sua edição crítica, o argumento especulativo sobre a apreensão vai desde o “mais verossímil” até o mais “delirante”, passando pelo “pouco sólido e pouco convincente” (7).

Segundo Araripe Jr., o livro de Antonil teria sido proibido porque ensinava os proprietários de terra a “governar segundo os princípios do *Príncipe* de Maquiavel” (8). Para José Paulo Paes, a razão era outra: Antonil estimulava tais proprietários a enfrentar uma política metropolitana que pretendia o aniquilamento de um poderio econômico em esboço nas terras brasileiras (9). Na visão de João Lúcio Azevedo, residia na revelação de segredos industriais sobre a produção de açúcar a causa da supressão do

livro (10). Capistrano de Abreu, ao contrário, entendia que o livro de Antonil expunha claramente as potencialidades do “Brasil para os brasileiros” (11). Wilson Martins vê a proibição como resultante de um conflito de jurisdição entre o Estado e a Igreja que disputavam o privilégio da censura e “nessa luta de rivalidade e prestígio entre os vários órgãos encarregados da censura” perdeu o mais fraco: “o pobre Antonil foi sacrificado” (12). Para o Pe. Serafim Leite, ao lado de quem se alinha discretamente Andrée Mansuy, o motivo mais plausível da interdição foi o autêntico “mapa da mina” em que se converteu o livro, na medida em que uma de suas partes revelava de modo preciso o caminho para o interior aurífero do país.

Da edição de 1711, restaram apenas seis exemplares, encontráveis, hoje em dia, um em Paris; outro em Londres; outro ainda na Biblioteca Nacional de Lisboa; mais um na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; dois na Faculdade de Direito da USP.

Uma segunda edição, ainda que parcial, só foi possível quase 90 anos depois, quando o eminente botanista Frei José Mariano Veloso publicou, em 1800, em Lisboa, a parte relativa ao açúcar, deixando de lado as referentes ao ouro, ao tabaco e ao couro. Em 1837, sai uma edição integral no Rio de Janeiro, mas, segundo Andrée Mansuy, adulterada ao extremo e, portanto, indigna de confiança. Outras tentativas foram realizadas, mas sempre comprometidas pelo fato de se basearem na edição infiel de 1837. Neste caso, arrolam-se: 1899, a edição da *Revista do Arquivo Público Mineiro*; 1920, edição da Cia. Melhoramentos de São Paulo, preparada por Afonso de E. Taunay; 1955, edição da Livraria Progresso de Salvador; 1962, edição do *Boletim Geográfico* do Conselho Nacional de Geografia. Desse destino de desconfiança escapou apenas uma outra edição, muito rara, a de 1898, publicada em Macau, sob os cuidados de Horácio Poiares. Atualmente, a edição brasileira que maiores atenções merece e que se destaca por sua fidelidade textual é a de 1967, preparada por Alice P. Canabrava, na qual um longo estudo prévio enfatiza a validade das observações empíricas derivadas de uma “descrição fiel e pormenorizada dos fatos” (13).

Pois é nesse mesmo estudo introdutório que uma afirmação chamou-nos a atenção. Nela se nega qualquer veleidade literária a um texto que se quer, fundamentalmente,

5 Afirmções de José Honório Rodrigues em *Teoria da História do Brasil* (Introdução Metodológica). 3ª ed. rev. e atual. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969. p. 167.

6 Citado por Andrée Mansuy que elaborou escrupulosa e modelar edição crítica de *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* (Texte de l'édition de 1711, traduction française et commentaire critique par... Paris, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1968). São retiradas dessa edição as citações utilizadas, bem como as informações sobre as agruras editoriais pelas quais passou a obra de Antonil.

7 Andrée Mansuy, op. cit., p. 38.

8 Idem, ibidem.

9 Idem, ibidem, p. 39.

10 Idem, ibidem.

11 Idem, ibidem, p. 40.

12 Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira (1550-1794)*. São Paulo, Cultrix-Edusp-SCCT, 1976, vol. I, p. 276.

13 João Antonio Andreoni, *Cultura e Opulência do Brasil* (Texto da edição de 1711). Introd. e vocabulário por A. P. Canabrava. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1967. p. 33. José Honório Rodrigues (*Teoria da História do Brasil*, p. 403) não recomenda nenhuma edição, exceto a de 1711. Quanto às de Alice Canabrava e de Andrée Mansuy, ele as menciona em nota de rodapé, sem nenhum comentário adicional, provavelmente porque ainda não as manuseara.

como relatório econômico de uma nação incipiente. Depois de ressaltar as quatro partes que constituem o conjunto de *Cultura e Opulência do Brasil* - o açúcar, o ouro, o tabaco e o couro -, Alice Canabrava anota a preocupação de Antonil com a clareza e a simplicidade de seu discurso, construído “sem intenção de graça literária” (14).

A menos que se disponha de um documento confessional ou autobiográfico em que isso se explicita, torna-se muito temerário falar em “intenção” de um autor, se por “intenção” quisermos entender “vontade deliberada e consciente”, segundo o que nos ensina o *Aurélio*. O que se pode cogitar, a nosso ver, é da realização final, dela extraíndo elementos que possam colaborar na organização de uma rede interpretativa, a que, eventualmente, não devem ser estranhas as circunstâncias sociais, históricas e estéticas em que o texto se gerou. Nesse caso, a tarefa do leitor com objetivo exegético será a de vasculhar os interstícios da construção verbal, avaliando-a naquilo que ela tem de virtualidade poética, segundo a proposta operacional de R. Jakobson (15), cujo ensaio em questão ainda adverte que “qualquer tentativa de *reduzir a esfera da função poética à poesia* ou de confinar a poesia à função poética seria uma simplificação excessiva e enganadora” (16).

Assim sendo, torna-se atraente a hipótese de se explorar a *Cultura e Opulência do Brasil* por um caminho que não seja, necessariamente, o da referencialidade histórica, o do escrutínio minucioso de sua pertinência informativa, de sua fidelidade aos números, detalhes e componentes das culturas agrícolas ali tratadas. Porque se no livro de Antonil há passagens extremamente interessadas no levantamento e na transmissão de informações concretas e práticas, virtude que acabou por condená-lo à fogueira e ao seqüestro secular, há outras de inegável mérito literário, onde a fantasia, mais que o pragmatismo, orienta a escolha vocabular e a estruturação verbal desse jesuíta que por tantos anos se escondeu atrás de um anagrama, um dia desvendado pela paciência beneditina de Capistrano de Abreu. Aproximar-se do livro de Antonil com olhos atentos às peripécias estilísticas, em que a objetividade de informação não se acanha de vir travestida de subjetividade descritiva, é exercício que requer redobrada atenção, uma vez que sua prodigalidade artesanal pode arrastar o leitor mais ao devaneio que à vigília. Séculos mais tarde, um

historiador norte-americano, menos propenso a cultivar arestas metodológicas, haveria de nos alertar contra o pressuposto falacioso de que História e Ficção são entidades rigorosamente à parte e reciprocamente excludentes. Num passe de mágica temporal, ponhamos o nosso Antonil a ler Hayden White, antes de se encarregar de seu relato sobre o que viu no Engenho de Sergipe do Conde, naqueles anos distantes do século XVII. Graças ao teórico de *Tropics of Discourse*, o padre toscano não se perturbaria diante de um ensaio em que se isola uma afirmação como esta: “Os romancistas poderiam estar lidando apenas com eventos imaginários enquanto que os historiadores lidam com eventos reais, mas o processo de fundir tais eventos, não importa se imaginários ou reais, numa totalidade compreensível capaz de servir como o *objeto* de uma representação é um *processo poético*” (17). Um *processo poético*, continua ele em outra obra, em que sinédoques, metáforas, metonímias, ironias e outros tropos de linguagem desempenham papel vital na construção do enredo (*emplotment*) (18) da obra histórica.

De fato, se nos prontificarmos a ler a *Cultura e Opulência do Brasil* de uma perspectiva menos dirigida pela História, anotaremos inúmeras surpresas estilísticas que nos aguardam, desmascarando a modéstia retórica de Antonil que, logo no prólogo de sua obra, garante haver pessoas “de maior capacidade & penna mais ligeira & bem mais aparada” (p. 80) (19) para dar conta da tarefa.

Desse modo, o que primeiro nos chama a atenção no livro é sua estruturação rigorosa, dividida em quatro partes nitidamente autônomas: a primeira dedicada ao açúcar; a segunda ao tabaco; a terceira ao ouro; e a quarta ao gado.

Dentro dessa divisão, o açúcar alastra-se por cerca de 51% do total do conjunto, sendo o restante distribuído de forma proporcional à importância econômica dos demais produtos tratados: 24% para o ouro; 17% para o tabaco e 7% para o gado.

A parte referente ao açúcar, Antonil divide-a em 3 livros, sendo que cada um deles comporta exatamente 12 capítulos, o que perfaz um total de 36. Os 34 capítulos restantes destinam-se ao ouro (17 capítulos), ao tabaco (12 capítulos) e ao gado (5 capítulos).

Como o que nos interessa nesta leitura é a industrialização do açúcar, isto é, a

14 J. A. Andreoni, *Cultura e Opulência...*, p. 32.

15 De acordo com a teoria proposta por R. Jakobson, no ensaio “Linguística e Poética” (v. *Linguística e Comunicação*. Trad. de Isidoro Bikstein e J. Paulo Paes. São Paulo, Cultrix, 1969, pp. 118-62), a linguagem conhece várias funções. Dentre elas, destacamos as duas que nos interessam mais de perto: a “referencial”, aquela em que a predominância da mensagem é de ordem “cognitiva” e a “poética”, aquela que privilegia a construção verbal em si.

16 Idem, *ibidem*, p. 128. Grifo meu.

17 Hayden White, *Tropics of Discourse. Essays in Cultural Criticism*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1987, p. 125. Grifomeu.

18 Idem, *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1978, p. 7.

19 As referências às páginas de Antonil serão feitas de modo imediato.

metade inicial do livro, ressaltamos que a divisão tríplice que Antonil determina já contém um roteiro progressivo e bem calculado da indústria em causa, no qual, primeiro, se cuida do conjunto *humano* que se aglomera naquele sítio do Recôncavo baiano (Livro I); em seguida, demora-se o narrador sobre o *espaço* (Livro II); e, por fim, sobre o que resulta dessa junção, o *produto* (Livro III). Ao estruturar o livro dessa forma, Antonil comporta-se como um narrador ciente da necessidade de fornecer detalhes que colaborem na compreensão mais minuciosa do personagem principal, o açúcar, cuja entrada em cena protela o historiador o mais que pode, deixando-o para a última parte. No Livro I e II, o esforço narrativo visa a criação, primeiro, de uma *anterioridade* e, depois, de uma *circunstancialidade* que se projetam sobre o objeto principal, iluminando-o e dando-lhe um volume compatível com a intensa animização que o desenterra da condição de *objeto* para conferir-lhe a de *sujeito*. Ao longo dos 36 capítulos dedicados à cultura da cana-de-açúcar, assiste-se ao rebaixamento do humano que se torna coisa e à exacerbação da coisa que ultrapassa o humano para se converter em entidade divina.

Assim é que os doze capítulos iniciais do Livro I detêm-se no aglomerado *humano* que compõe um engenho, desde o senhor proprietário até o mais simples escravo. Respeitando a hierarquia social daquele mundo fechado, verificamos que tais capítulos descrevem um movimento do mais alto para o mais baixo, do individual para o coletivo, e do mais íntimo e privado para o mais externo e público.

No topo da escala está o senhor de engenho, detentor do capital necessário à construção e manutenção da indústria e em torno do qual apinham-se as mais diferentes castas de serviçais. Privilegiado pela posição social e econômica, transporta-se para o texto, de maneira isomórfica, essa importância, ocupando-lhe a abertura. Na 1ª linha, do Cap. 1 do Livro I posta-se de modo soberano o dono do poder, de cuja figura escorre o mando de aparência ilimitada e infinita, porque esse é o tempo verbal que o situa: “O ser senhor de engenho he titulo a que muitos aspirão, porque traz consigo o ser servido, obedecido & respeitado de muitos” (p. 84). Depois dele vêm os oficiais encarregados do fabrico do açúcar, acatando-se sempre a hierarquia, do maior para o menor. Quanto menores em impor-

tância, maior em quantidade, pois que a escravaria, necessariamente, se constitui em base da pirâmide obreira. Desse modo, afastamo-nos gradativamente do senhor de engenho, figura isolada que domina todo o primeiro capítulo do Livro I, para termos contato com a oficialidade subalterna ao feitor-mor. Vencida a descrição das funções do último oficial, o caixeiro de açúcar, defrontamo-nos com a recomendação de “Como se ha de haver o senhor do engenho com seus escravos”, último capítulo do Livro I, no qual senhor e serviçais se acotovelam para cumprir suas funções no engenho. Os três capítulos finais desse Livro voltam-se para as relações entre o senhor e sua família; entre o senhor e os seus eventuais hóspedes; e entre o senhor e seus vendedores. Constata-se, pois, que todo o Livro I detém-se numa política de relacionamento social e de trabalho, onde o centro é o senhor em torno de quem vão-se dispondo os vizinhos, os oficiais da indústria, a escravaria, a família, as visitas e os comerciantes. Entre a figura isolada e particular do senhor e o conjunto indistinto e coletivo dos visitantes e mercadores percorreram-se doze capítulos comprometidos com a fixação de um universo específico, cuja única abertura para o exterior se canaliza por força da necessária transação comercial.

Em meio às diversas categorias profissionais, que serão avaliadas de modo particular segundo sua maior ou menor participação no processo produtivo, aninham-se os objetos aos quais o narrador não permite a condição de inanimados, uma vez que sua escolha sintática os faz peçados de vontade e desejo. Desse modo, barcos, fornalhas, canaviais, serrarias, moendas, carpintarias e fábricas de açúcar ganham estatuto individual e se definem pela exibição de vontade própria na qual se incrustam indisfarçável voracidade e arroubos de cobiça:

“Querem os barcos velame, cabos, cordas & breu. Querem as fornalhas (...) muita lenha (...) & muito dinheiro para a comprar (...). Querem os canaveas tambem suas barcas & carros... Querem enxadas & fouces. Querem as serrarias machados & serras. Quer a moenda de toda a casta de paos de ley (...) & muitos quintaes de aço & de ferro. Quer a carpentaria madeiras selectas & fortes (...) Quer a fabrica do assucar paroes & caldeiras, tachas & bacias (...)” (p. 86).

Ao animizar barcos, fornalhas e canaviais, Antonil recusa-lhes a simples materialidade, elevando-os a um grau mais próximo do humano, na medida em que revelam volição compatível com a pretensão industrial do engenho. Propósito de tamanha envergadura não pode, porém, correr o risco da cobiça ilimitada, pois que isso infringe leis religiosas há séculos estabelecidas. Daí, encontrarmos, ao longo de *Cultura e Opulência*, reflexões morais esporádicas que irrompem em meio ao discurso pragmático, como que a lembrar a efemeridade humana, sempre carregada de vícios, lição constante do Barroco. Conciliar o projeto lucrativo com a suposta simplicidade cristã requer advertências morais para que os limites éticos não sejam desprezados. Portanto, aqui e ali, uma voz moralizante lembra o leitor de que:

“A primeira canna que se ha de cortar he a velha, que não pode esperar: costume que não guarda a morte, cuja fouce corta indiferentemente moços & velhos” (p. 162);

“...tudo o que he doce, ainda que immundo, deleita” (p. 216);

“...o render pouco nace ou de ser a canna muito velha ou de ser muito aguacenta: prova bem clara de serem os extremos, quaesquer que seirão, viciosos” (p. 232);
“...assim como o [açúcar] que ficou de hum anno para outro perde de tal sorte o vigor & alvura, que nunca mais a torna a cobrar. Propriedade tambem da pureza que huma vez offendida, nunca torna a ser o que foy” (p. 254).

Mas as estratégias narrativas que enleiam o leitor de Antonil não se apóiam apenas na animização ou no alerta de caráter moralizante. Se aquelas vitalizam os objetos e estas bolem com a ética do leitor, outras há que o conduzem a um mundo menos sistematizado pelo descritivismo pragmático. Araripe Jr., num apêndice ao seu ensaio sobre Gregório de Matos, fala no “naturalismo das observações contidas no livro” de Antonil (20). É bem verdade que se o grosso do seu texto supõe um observador distanciado, a se comportar como relator de uma experiência real e historicamente verificável, não se pode deixar de reconhecer que, graças a uma atitude narrativa pouco ortodoxa, o jesuíta toscano se afasta com frequência da referencialidade para enveredar por caminhos que ora se imiscuem no

mais pedestre cotidiano, ora preferem a imagética forte e dramática que o Barroco lhe oferecia como pano de fundo. E desse entrecruzamento de escolhas estilísticas nada excludentes brota um registro farto de informações nas quais não causa espécie o caráter lúdico de seu verbo, que se ajusta plenamente a momentos também lúdicos, mesmo que carregados de banalidade.

Assim é que, depois de detalhar e prever as relações entre o senhor e seus trabalhadores e entre o senhor e seus mercados, Antonil passa em revista os cuidados que se há de ter com a compra, qualidade e manutenção das terras (Livro I, Cap. 2). Nessa passagem, o autor alerta quanto ao preço, à natureza e à qualidade física do terreno, à existência ou não de águas e matos próximos, à exatidão dos limites, a litígios territoriais, a pendengas de herança, à lisura da transação, à pontualidade na dívida pendente, etc. Pois bem. A mesma precisão que minudencia item por item, que visa resguardar e proteger os interesses do investimento e que tem por fim eliminar o risco do engodo não vacila em afastar-se de seu alto destino, desviando-se, por instantes, para a interioridade doméstica onde perigos insuspeitos abundam:

“Nem deixe [o senhor de engenho] os papeis & as escrituras que tem na caixa da mulher, ou sobre huma meza exposta ao pó, ao vento, à traça & ao copim, para que depois não seja necessario mandar dizer muitas missas a santo Antonio para achar algum papel importante que desapareceo quando houver mister exhibillo. Porque lhe acontecerá que a criada ou serva tire duas ou tres folhas da caixa da senhora para emburulhar com ellas o que mais lhe agradar, & o filho mais pequeno tirará também algumas da meza para pintar caretas ou para fazer barquinhos de papel em que naveguem moscas e grillos; ou finalmente o vento fará que voem fóra da casa sem pennas” (pp. 92-4).

Os mesmos papéis reservados a um fim nobre e público, o de garantir e resguardar a propriedade, não estão isentos do perigo da vulgaridade que se esconde no cotidiano doméstico. Em oposição direta à nobreza dos fins primeiros, que são o de resguardar o patrimônio, conspira o dia-a-dia com o intuito de rebaixá-los à utilidade imediata do embrulho, que enrola e esconde, ou do

20 Araripe Jr., *Obra Crítica de...*
Rio de Janeiro, Casa de Rui
Barbosa, 1960. Vol. II, 1888-
1894, p. 481.

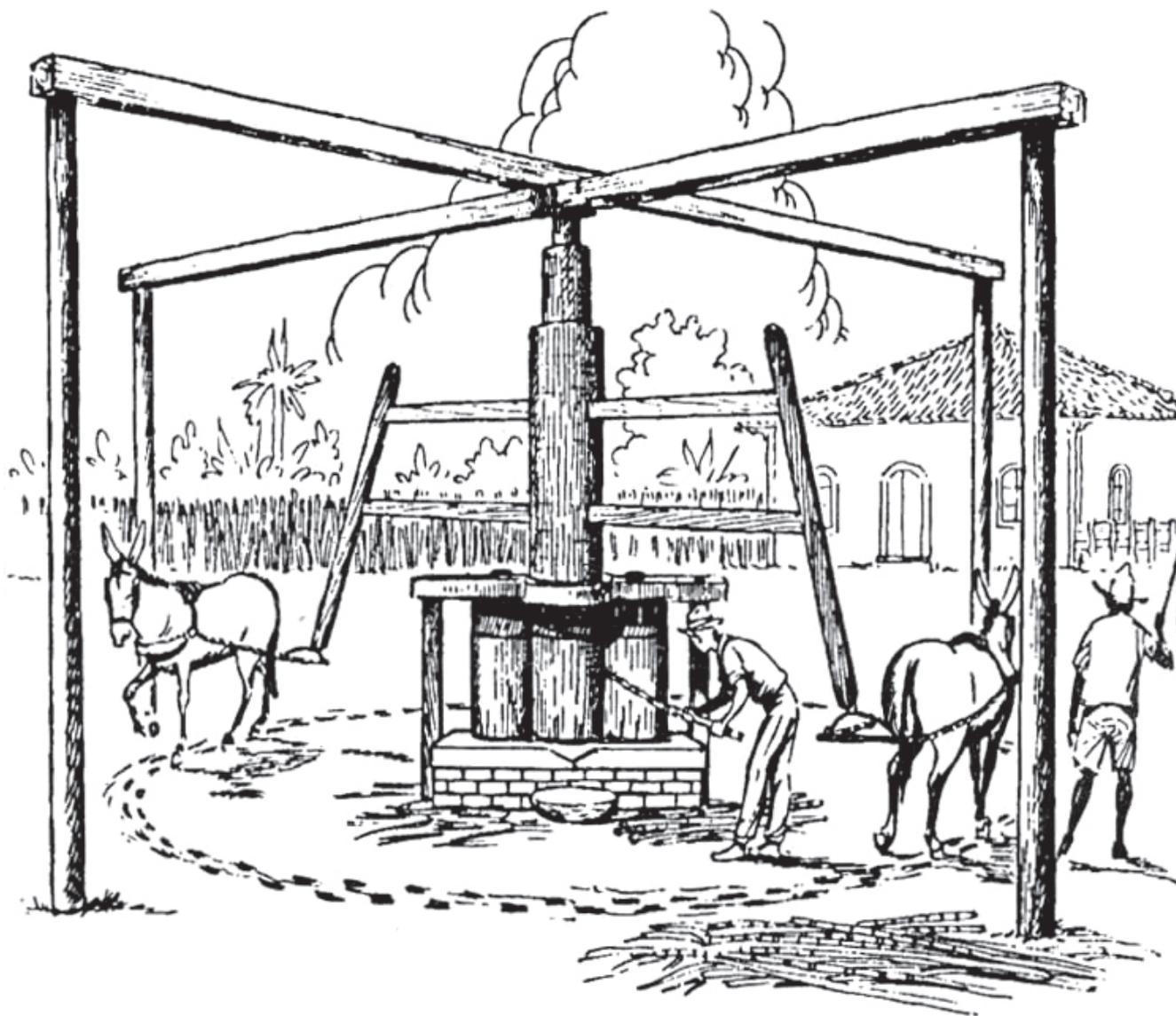
brinquedo, que ilude, despista e diverte. Para tanto, condena-se o papel a despencar das mãos adultas e experientes do senhor para infamar-se no torvelinho feminino da criadagem, quando não na mão desavisada de uma criança. Não fosse isso suficiente, estará ele ainda sujeito às ameaças da natureza imprevisível de onde só a intervenção de forças hagiológicas poderá salvá-lo. Mais insuportável ainda seria sua conversão em transporte de insetos daninhos ou sua metamorfose em ave mutilada. Nesta circunstância, então, quando “o vento fará [com] que voem [os papéis] fóra da casa sem pennas”, brinca a natureza poderosa, esvaziando-os da gravidade simbólica e inchando-os de uma leveza irresponsável. Tão irresponsável quanto os “barquinhos de papel”, cuja função lúdica encontra paralelo na metáforização exposta pelo verbo “voar”,

que brinca com o papel, de modo duplo: ora retirando as penas da ave, outrora papel; ora sugerindo que essas “penas” já não são tão somente cobertura da ave, mas também indício de “dó”, “pesar”, etc. Em outras palavras: parte o papel como uma ave sem pena e em sua partida não demonstra ele nenhuma pena. Na expressão metafórica e paronomástica o requinte da referência que se permite lúdica.

À medida que se caminha pelo texto de Antonil, vai-se intensificando o processo de metáforização da cultura açucareira, cujo ápice ocorre no Livro III, em que se trabalha a cana desde seu nascimento até sua exportação, uma vez industrializada.

Antes de se chegar a essa parte, no entanto, há uma passagem no Livro II, Capítulo 8, em que as fornalhas do engenho excedem seus limites espaciais e funcio-

ENGENHO DE PORTEIRA
DUPLA, COM MOENDA
DE TRÊS
TAMBORES VERTICAIS



nais, agigantando-se gradativamente, a ponto de desbordar e transformar-se em local de purgação de pecados. Através de uma hiperbolização metafórica, Antonil degrada esse espaço restrito, dele fazendo o oposto do Paraíso terrestre. Dentro do conjunto maior do engenho, local que propicia lucros extraordinários graças à diligência humana e ao amparo divino, situa-se um núcleo cuja maior propriedade é a de fazer nascer do sofrimento o bem tão almejado. Por intermédio dessa antinomia extrema, sobrepõem-se à pena do cativo desumano as penas do inferno, como se a experiência do trabalho fosse uma antecipação terrena do castigo imposto àqueles que tombaram na luxúria ou na criminalidade comum. Se na casa de moenda, descrita capítulos antes, o risco de vida é constante, na casa das fornalhas ele ainda é bem maior, pois que elas são

“bocas verdadeiramente tragadoras de matos, carcere de fogo & fumo perpetuo, & viva imagem dos Vulcões, Vesúvios & Etnas, & quasi disse do Purgatorio ou do Inferno. Nem faltão perto destas fornalhas seus condenados, que são os escravos boubentos, os que que tem corrimentos, obrigados a esta penosa assistencia para purgarem com suor violentos os humores gallicos de que tem cheyos seus corpos. Vem-se ahi tambem outros escravos facinorosos que prezos em compridas & grossas correntes de ferro pagão neste trabalho-exercício os repetidos excessos da sua extraordinaria maldade, com pouco ou nenhuma esperança de emenda” (p. 196).

Dupla função tem, portanto, o calor da fornalha: a produção do açúcar branco e a purgação do homem preto. Na antinomia cromática materializa-se a condição qualitativa de cada um perante o branco, cujo imaginário ancestral já se habituara a identificar o “escuro” com o pecado, e o “claro” com a virtude. Nada mais “natural”, pois, que junto à fornalha o escravo atingisse a alvura desejável depois de bem cozido.

Discorrer sobre “as intenções” de um autor ao construir seu objeto artístico só se torna aceitável se pudermos contar com depoimentos seus, escritos ou orais. Fora dessa hipótese, o que se pode fazer com relativa margem de segurança (se é que ela existe e interessa...) é “especular” sobre suas

eventuais motivações artísticas e sobre os meios de que ele se valeu para concretizá-las. Por isso, torna-se imp(ri)udente afirmar, de modo taxativo, que Antonil tivesse esta ou aquela intenção ao elaborar sua *Cultura e Opulência do Brasil*. Pelo jeito, sua vontade deliberada era a de prestar depoimento sobre um fenômeno industrial a que seus olhos peninsulares não estavam afeitos. Sugerem essa admiração as insistentes afirmações de que o Engenho do Sergipe do Conde era considerado, então, “o quasi rey dos engenhos reaes” (p. 78). “Entre todos os da Bahia”, reforça ele mais adiante, “he o mais affamado” (p. 168) e foi exatamente esse prestígio que atraiu o padre jesuíta, subitamente convertido em visitador de indústrias, não mais de almas. Uma visita orientada e dirigida, porque sua permanência de oito ou dez dias naquele recanto, que mais tarde haveria de ser tomado como “a referência básica para o estudo da produção canavieira no período colonial” (21), procurou ser tão utilitária quanto as atividades que ali se desenvolviam. Certo de estar presenciando um fenômeno digno de registro, Antonil cercou-se dos melhores e mais experientes oficiais do açúcar de quem recolheu boa parte das informações técnicas. Um deles havia administrado o engenho por “mais de trinta annos”; um outro, “hum famoso mestre de assucar”, ali se exercitara no ofício por mais de cinqüenta anos, “com venturoso successo” (p. 78). Semelhante àqueles romancistas naturalistas do fim do século XIX que, de caderneta em punho, experimentavam a realidade que seria descrita em *La Bête Humaine* ou *O Cortiço*, por exemplo, Antonil anotou com cuidado tanto os números contábeis quanto a qualidade dos paus nobres utilizados nas construções. “Movido de huma louvável curiosidade” (p. 78), como ele mesmo apregoa, o documentarista italiano preferiu a inquisição da fábrica à retidão da fé e das paixões humanas. Tal preferência poderia redundar, no limite, em um depoimento seco e de interesse restrito a especialistas. No entanto, não é isso que ocorre, porque no modo de construí-lo Antonil foi organizando a informação de maneira a torná-la suscetível da curiosidade geral e para isso contou, e muito, com a circunstância barroca em que vivia. Por isso, *Cultura e Opulência do Brasil* deixa para trás as fronteiras da informação meramente histórica. Nesse sentido, existe uma subjetividade. Mas uma subjetividade *estilística* diante da qual o

21 Vera L. A. Ferlini, *O Engenho Sergipe do Conde (Contar, Constatar e Questionar) Bahia (1622-1653)*. São Paulo, FFLCH-USP, 1980 (mestrado mimeo.), p. 26.

leitor menos preparado poderá arrepiar carreira, culpando-a de tornar o texto de pouca confiança, de objetividade irrisória (22). Esquece-se o leitor, no entanto, de que se trata de uma subjetividade de quem manipula o instrumento lingüístico sem medo de distorcer o conteúdo informativo. De um historiador que não recua diante do objeto histórico e menos ainda do arsenal lingüístico a seu dispor. Juntando-o a outros exemplos da literatura jesuítica de então, à *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* (1700) de Jorge Benci e ao *De Instauranda Aethiopiium Salute* (1627) de Alonso de Sandoval, teremos, talvez, um conjunto modelar da concepção que o homem branco tinha do trabalho servil.

Num plano mais explícito e mesmo metalingüístico, a evidência desse zelo com o material em que vaza sua informação é uma passagem no início do Livro III (Cap. 1), em que Antonil trata das duas modalidades do açúcar assim que o colocam nas fôrmas, então chamadas de pães de açúcar. Segundo seu informante, dois ou três dias depois de ter sido enformado, o açúcar poderá apresentar duas consistências diferentes, conforme a têmpera original. Poderão ser mais moles ou mais duros. Se mole, a ponto de se quebrar com qualquer pancada, será conhecido como “assucar de cara quebrada” (p. 232); se duro e resistente a golpes fortes, será tido por “assucar de cara fechada” (p. 232). O comentário que se segue a essa tipificação dá bem a medida da habilidade lingüística de seu autor, pois que na conclusão que dessa diferença extrai, Antonil estabelece um paralelo cujo ponto de apoio é a metáfora, explicitamente evocada. Na sua opinião, as duas qualidades de açúcar funcionam como verdadeiras “metáforas que também exprimem as diversas naturezas & condiçoens dos homens, huns tam vidrentos & outros tam tolerantes” (p. 232). Não se apoiar no conceito intrínseco dessa figura literária que é capaz de produzir rotação de sentido, de fazê-lo migrar de um termo para outro, criando realidades secundárias a partir de uma primeira, Antonil busca numa terminologia específica o auxílio de que precisa para ampliar o valor da mercadoria, sobrecarregando-lhe o sentido econômico e adicionando-lhe também um valor moral.

É nesse amálgama entre valor econômico e valores humanos ou religiosos que radica a excelência de sua prosa, uma prosa

que acaba por elidir os limites sempre artificiais e meramente operacionais do conhecimento.

Acentua-se essa confusão criativa quando nos aproximamos do Livro III em que, já pronto, o açúcar salta para o primeiro plano da narrativa e se torna objeto de uma contemplação que transborda de sua condição natural e mercadológica. Nesses doze capítulos finais arma-se um conflito entre valores terrenos e valores espirituais como que a simbolizar, de um lado, o caminho áspero que o produto percorre com vistas a uma possível redenção econômica do meio em que se criou, e, de outro, a confirmação de uma imagem mítica e divinamente abençoada deste espaço fecundo e promissor, que a todo custo precisa ser protegido e defendido.

No entanto, antes de nos ocuparmos dessa porção final de *Cultura e Opulência do Brasil*, cumpre voltar um pouco atrás para observar como Antonil encara o trabalho negro, aquele que dá toda sustentação física à produção açucareira do Brasil colônia.

No Livro I, no qual as atenções se voltam para as relações entre o senhor e a massa de servidores, há um capítulo dedicado exclusivamente à forma de “como se ha de haver o senhor do engenho com seus escravos” (Cap. 9, pp. 120-32). Inteiramente construído sobre base *metonímica*, esse capítulo é um dos que melhor revela o capricho da escritura artística de Antonil, porque a matéria tratada se ajusta com perfeição ao princípio da particularização, implícita na metonímia.

Sabe-se que um dos efeitos decorrentes do uso dessa figura de linguagem é a intensa partição do todo, sua fragmentação em unidades menores, mas ainda carregadas de significado. Jakobson lembra que a metonímia é uma das figuras caras ao Realismo (23), cujo gosto pela minúcia é demais de conhecido. Além da noção de contigüidade que enforma o processo metonímico, é preciso não se esquecer de que a noção de fragmentação, desarticulação e decomposição é uma de suas raízes mais fortes e sua utilização extremada pode, no limite, provocar uma pulverização, em que o acúmulo de detalhes comprometeria a visão do conjunto.

No capítulo referente ao trabalho negro, o risco da pulverização não existe, porque Antonil não se preocupa apenas com a utilidade da mão-de-obra escrava, mas,

22 Para um tratamento moderno e rigorosamente histórico do Engenho do Sergipe do Conde ver: Stuart B. Schwarz, *Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835*. Trad. de Laura Teixeira Mota, São Paulo, Cia. das Letras-CNPq, 1988.

23 R. Jakobson, op. cit., p. 62.

antes, como é de seu feitio, elabora um quadro mais geral onde se insere o negro. Assim é que a partir da menção inicial “escravos” assiste-se a um desdobramento progressivo dessa categoria que se orienta, de preferência, pela bipolaridade:

bons/maus;
robustos/fracos;
hábeis/inábeis;
grosseiros/meticulosos;
expansivos/recatados;
melancólicos/descontraídos;
nativos/africanos;
pacíficos/rixentos;
ladinos/boçais;
negros/mulatos;
domésticos/braçais;
pagãos/batizados;
casados/amancebados;
religiosos/negligentes;
novos/velhos.

O retalhamento do corpo escravo instala-se já na abertura do capítulo:

“Os escravos são as mãos & os pés do senhor do engenho, porque sem elles no Brasil não he possível fazer, conservar aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo com que se ha com elles, depende tellos bons ou maos para o serviço. Por isso he necessario comprar cada anno algumas peças, & repartillas pelos partidos, roças, serrarias & barcas” (p. 120).

Encarando o negro como um vasto conjunto decomponível segundo as necessidades do trabalho, o narrador enfrenta-o disposto a classificá-lo e a distribuí-lo tendo em mente apenas sua funcionalidade. Negro não é gente; negro é “peça” e peça que se ajusta à máquina e que por ela já foi devidamente tipificado e enquadrado a ponto de merecer definição lexicográfica, como lembra Andrée Mansuy. Segundo a historiadora francesa, um dos três volumes do *Dictionnaire Universel de Commerce, d'Histoire Naturelle, d'Arts e de Métiers*, publicado em Paris no ano de 1741, era muito preciso e pontual na definição desse instrumento da indústria de então: para seu autor, Jacques Savary des Bruslons, “peça” era “um homem ou mulher, entre quinze e vinte e cinco ou trinta anos, ou um pouco mais, que deve ser são, de bom talhe, apurado e com bons dentes” (p. 86). E não

seria abusivo lembrar que a origem do termo - do celta *pettia* - vem em socorro da concepção que do ser humano se faz. Segundo os dicionários etimológicos, *pettia* tinha o significado de “pedaço”.

Ora, uma vez assentada a definição em que se atenta apenas para a idade cronológica, forma externa e verticalidade desejável, nada mais natural do que disseminar o “pedaço”, conforme as necessidades, “pelos partidos, roças, serrarias & barcas” (p. 120), tendo-se sempre o cuidado de sinalizá-lo com o maior número possível de atributos, positivos ou negativos. Portanto, a primeira providência pragmática é a de desmembrá-los em duas grandes categorias básicas, a dos “ladinos” e a dos “boçais”, depois de lembrar que a força física bem como a habilidade têm muito a ver com a procedência geográfica do africano. Na etimologia do nome, os ladinos já carregam a potencialidade de adaptação e de ajustamento à sociedade branca dominante, uma vez que o termo “latinu” que lhe dá origem batizava tudo aquilo que fosse passível de “latinização”, isto é, de conformação a uma antiga hegemonia cultural latina. Por outro lado, a boçalidade dos segundos não esconde a marca do latim vulgar *buceu* (*bucca* > *buceu* > boçal) e nem a segmentação do indivíduo, cujo único traço de individualização é a “boca”.

Aos ladinos caberão ofícios domésticos ou delicados, porque deles se pode requerer “maior advertência” (p. 122); dos boçais o que se diz, além da negligência quanto à fé religiosa, é que são necessários quatro deles para equivaler a um ladino. Porém mais importante que essas duas categorias, tipificadas a partir de sua desenvoltura intelectual, é uma terceira, que traz na cor da pele a origem de sua classificação, apartando-a e distinguindo-a, mais uma vez, dentro daquele corpo geral. Trata-se dos “mulatos”, tidos como “soberbos & viciosos (...) valentes [e] aparelhados para qualquer desaforo” (p. 124). Sua eventual qualidade decorre daquela parcela “de sangue de brancos que [têm] nas veas” (p. 124) e que, graças a ela, consegue, manhosamente, envolver o branco a ponto de solapar-lhe a autoridade. O perigo desse envolvimento expressa-se, mais uma vez, de modo metonímico, quando Antonil alerta que não se deve estender a “mão” para não se perder o “braço”, o que redundaria numa possível inversão da ordem, transformando-se escravos em senhores. Reforça-se ainda mais

esse risco se tivermos em conta que os privilégios do mulato na terra poderão ser uma antecipação do gozo paradisíaco.

Nesse mundo do fracionamento deliberado que tem por objetivo a norma estrita e modelar, a condição compósita do mulato subverte a montagem social rigorosa. Resultado de uma transgressão que permitiu a junção momentânea de duas etnias social e teoricamente excludentes - a do branco, dominante; a do negro, dominada -, o mulato aproveita-se de seu hibridismo, dele retirando vantagens e distanciando-se de seus pares de cativo. Na visão de Antonil, o mulato alcançara tamanho desembaraço em sua sociabilidade, em detrimento do negro e do branco, que seria possível formular esse alcance com uma frase de modelação sintática rente ao provérbio, repartida em três segmentos de percurso ascendente: “o Brasil he Infernos dos negros, Purgatorio dos brancos, & Paraíso dos mulatos & das mulatas” (p. 124). Na própria disposição estrutural da frase, em que negros e mulatos ocupam as extremidades, reflete-se a distância que os separava, bem como a situação incômoda do branco, entalado entre ambos. Para os negros, se nos lembrarmos da passagem das fornalhas da fábrica de açúcar, o país não significava outra coisa que a danação em vida; para os mulatos, a sociedade em construção sempre abria-lhes frinchas por onde se esgueirar e se insinuar. aos brancos não restava senão a purgação, o espaço intervalar, aquele que fica entre um e outro, equidistante dos extremos. Sua passagem, provisória ou não, pelo Brasil, correspondia à prova necessária que tivesse por fim último a acumulação de riquezas.

Enquadra-se também nessa atitude que se orienta pela esquematização uma outra passagem posterior, quando Antonil lembra que, “no Brasil, costumão dizer que para o escravo são necessarios tres P.P.P., a saber Pao, Pão & Panno” (p. 126). É bem verdade que o narrador não assume diretamente a autoria da frase, dando-a como voz corrente no país. Ora, finca-se nessa atribuição de autoridade anônima mais um dado a fortalecer o caráter aforismático da frase, uma vez que sua origem ignorada confirma-a enquanto verdade universal e consagrada a que não falta nem mesmo certa sonoridade repetitiva como que a martelar na memória do leitor o mundo reduzido a que deve estar sujeito o escravo. Uma redução que, de resto, estampa-se também na

escolha proposital de um mesmo fonema (pê) que combina com sons vocálicos muito próximos entre si. Numa frase feita, composta de três elementos semânticos distintos, ocorre uma simplicidade sonora que não se distancia em muito da simplicidade com que se deveria tratar o negro. Mais poderosa que a dispersão semântica que sugere riqueza de tratamento, o peso de uma sonoridade nasalada repetitiva a sugerir mesmice.

Nesse corpo escravo, esquadrinhado de maneira tão detalhada e utilitária, cabem ainda um alerta para o desempenho religioso de seus integrantes, a fim de que não sofra nenhum constrangimento a fé católica, ou umas palavrinhas em favor de seu lazer semanal. Uma vez retalhadas todas as áreas que interessam diretamente ao bom funcionamento e manutenção desse alto investimento, Antonil condescende, já nas últimas linhas do capítulo, em delinear um ser escravo que não seja tão-somente máquina operatriz. No entanto, mais forte que esse tímido impulso humanizante é a objetividade mercantilista que empurra o jesuíta. Nas linhas finais do capítulo, Antonil aconselha os senhores a não se esquecerem de, vez ou outra, dispensarem “sobejos da mesa” (p. 132) às pequenas crias negras. Que sejam essas pequenas “peças” alimentadas com “partes”, com migalhas, com parcelas do que sobrou da refeição. Não convém, é claro, dispensar-lhes o *todo*, mas a *parte*, o que é perfeitamente admissível se tivermos em mente que desde o início os negros não foram outra coisa senão partes. Que se desfaça, todavia, a impressão de que o gesto seja puramente caridoso ou afetivo. Não se perca de vista que, agindo dessa forma, conquista-se a simpatia dos pais, que poderão se alegrar com a perpetuação da espécie, com a multiplicação de “servos & servas” (p. 132), ou induz-se a escrava a evitar o aborto, que tanto prejuízo causa à produção.

Se ao negro cabe um tratamento reificado, no qual é insistente a noção de parcelamento, de retalhamento, de decomposição, à cana caberá um outro. Ao negro se desumaniza; à cana se diviniza. Passo a passo, no afã de melhor catalogá-lo conforme sua utilidade, o negro perde sua unidade, esquartejando-se perante o leitor; passo a passo, a cana vai-se descascando de sua natureza botânica e começa a ganhar uma totalidade humanizante, cuja etapa final é o sacrifício que se lhe impõem com vistas a

um objetivo maior, mais alto, mais transcendental. Na descrição do negro, a metonímia rege soberana, porque o que mais importa é a simples atribuição de tarefas e o valor individual das peças; na descrição do sacrifício da cana, a metonímia compete com a metáfora, porque o que está em jogo é um valor muito alto. Tão alto que se aproxima da realidade celeste. Entretanto, convém não declará-lo de modo explícito por causa de atentos olhos inquisidores em torno, que podem aborrecer-se com o sacrilégio do endeusamento abusivo do vegetal. Daí ser conveniente o disfarce metafórico recobrando a partilha metonímica, porque se o que se pretende é exaltar o valor do açúcar enquanto mercadoria, vale ladear a heresia. Se as palavras isoladas comprometem, que se hipertrofiem a imagem.

Nesse sentido, o último capítulo do último livro de *Cultura e Opulência do Brasil* - "Do que padece o assucar desde o seu nascimento na canna até sahir do Brasil" - arremata de modo místico uma informação que ensaiava limitar-se tão-somente ao depoimento histórico. Aquele senhor de engenho das primeiras páginas, tão sobrecarregado de responsabilidades perante seus serviçais e familiares, sai discretamente de cena para dar lugar ao produto de que se ocupa, revestido agora de um extraordinário valor simbólico. Do capítulo inicial, expressamente voltado para a posse da terra, levantou-se vôo para as alturas, porque o capítulo final adorna o açúcar de uma resignação digna de quem se sacrifica por uma causa, digna de um verdadeiro mártir. Foi essa visão que provocou um comentário perspicaz de Laura de Mello e Souza, que viu nesse capítulo "a divinização do universo econômico através de imagens" (24).

Instala-se, portanto, nessa conclusão do livro de Antonil, uma concepção martirológica daquilo que se tornara o esteio da economia de então. Para reforçá-la, arma-se uma linguagem dramática em que se imiscui, a todo momento, a noção da violência contra a integridade física do objeto, o seu dilaceramento sistemático, num verdadeiro espetáculo sádico e pleno de teatralidade, bem ao gosto da crueldade barroca. Atento ao ensinamento do Padre Vieira, seu contemporâneo, que afirmava entregar-se "a nossa alma (...) muito mais pelos olhos que pelos ouvidos", Antonil esmera-se num detalhismo exaustivo, apelando para verbos de ação, momentanea-

mente contidos, porque a flexão escolhida é a do particípio passado, convertidos em adjetivo ou não.

Numa evocação sutil em que aproxima a cana de alimentos bíblicos como o pão, o vinho e o azeite, Antonil lembra que só se alcançam a pureza e brancura final do açúcar por meio de um longo caminho de sofrimento. Grosso modo, esse trajeto de purgação descrito pelo autor não difere muito dos clássicos quatorze passos compreendidos pela Via Sacra, pois que entre o primeiro - cortar a cana em toletes para o plantio - e o último - vender o açúcar - interpõem-se doze outros. Depois de cortada, a cana é *enterrada*. Já pronta para o corte, ela é *amarrada, vendida, esmagada, fervida e agitada*. Lentamente, o suco *solidifica-se*. Vêm, então, os escravos que se encarregam de *cortar* o pão, *pisoteá-lo* e *sepultá-lo* em caixões, *marcando-os com ferro em brasa*.

Não basta, todavia, descrever o trajeto em suas etapas mais marcantes. É preciso também detalhar as fases intermediárias ou o suposto sofrimento do vegetal para que o leitor, por meio desse recurso, valorize a produção. Não é por outro motivo que se mostra as partes da cana sendo "abocanhadas de varios animaes, pisadas por outros, derubadas pelo vento & alfim descabeçadas & cortadas com fouces" (p. 284). Uma vez colhida, seu destino passa por novas vicissitudes, pois que vem a conhecer o "aperto", o "tormento", a "pena", o "suplício", a "confusão", o "terror", a "exaustão", a "prisão", o "esmagamento", o "cárcere", o "insulto" e o "desprezo".

Frente a tamanho castigo, não se contém o narrador que, pela primeira vez, interfere de modo flagrante no relato, deixando escapar uma observação de caráter nitidamente subjetivo: "Oh crueldade nunca ouvida!" (p. 286). À interjeição inicial soma-se a exclamação final como que a enfatizar o inconformismo do observador.

Contudo, não termina aí a aventura, porque outras possibilidades surpreendentes aguardam o açúcar: as tormentas do mar ou o degredo. O mais terrível, no entanto, é o perigo de ser profanado pelas mãos de mouros infiéis que dele se apodemem em ato de pirataria. Esta última hipótese é a mais assustadora, porque arruinar-se-ia o fim último a que estava destinado: a salvação do país. Para quem encarava um produto proveniente de terra soteropolitana numa perspectiva soteriológica, nada mais desastroso.

24 Laura de Mello e Souza, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz. Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987, p. 147.